

ATA Nº 07/2001 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e um, reuniu-se ordinariamente às dezenove horas no auditório da SMS, a plenária para deliberar sobre a seguinte pauta: 1) Leitura da ata nº 06; 2) Informes das Comissões e Institucionais: CVS sobre mosquito da dengue; 3) Relatório da visita no Hospital Vila Nova; 4) Pareceres da SETEC sobre: Relatório do Instituto de Cardiologia da aplicação dos recursos do Projeto Saúde Solidária, Plano de Combate às Carências Nutricionais, Descrição por grupo de despesa do Plano de Aplicação dos recursos para ações de epidemiologia e controle de doenças. Conselheiros presentes: Nei Carvalho, Cléia Neoberger, Rosemary Coutinho, Riograndino de Oliveira, Janete Mengue, Ione Nichele, Ricardo Rühling, Cecília Pedroso, Salimen Grigolo, Zilda Martins, Maria Ivone, Sônia Mansur, Maria Elaine Rodrigues, Gisele Cesaro, Lâmia Abouzahr, Sylvia Fonseca, Paulo Renato Viaro, Onofre Felício, Dircéia Matias, Carlos Geyer, Célia Ruthes, Marisa Martins Altamirano, Rosângela Gomes Schneider, Marco Antônio Plá, Roger dos Santos Rosa, Irineu K. Grinberg, Stella Graeff, Maria Ernestina Ferreira, Ana Boll, Jorge Abib Cury, Leda Solange Fantinelle. Visitantes: Estudantes: Nadia Lucia, Debora Schroeter, Rosiele Flores, Fabiane Saliba. SMS: Marco Antônio Macerata, Claudia Lima, Kátia Comerlato, Denise Girardi, Neiva Araújo, Júlio Boehl, Neusa Heizelmann, Maria Lúcia Baldaso, Alberto Gabellini, Ricardo Kuchenbecker, Marcelo Bósio. Comissão de Fiscalização: Elisabete Freitas, Maria Leticia Garcia. HVN: Dirceu Dalmolin, Jordão Ladeira, Celso Alves, Maria Dione Inocente. SES: Sérgio d'Avila Comissão de DST/AIDS: Júlio César Orviedo, Jair Ferreira. Outros: Vânia de Andrade, Clodomar Freitas, Juraci Castro Corrêia, Silvia Martins, Jane Pilar. Coordenador Humberto iniciou a reunião com a apresentação da plenária. Após, fez a leitura de uma correspondência que elogia os funcionários Giselda Quintana e Antônia Belle Kunzlei, trabalhadoras do CS IAPI, remetida pelo usuário Sebastião Medeiros e o ofício indicando o novo conselheiro da SMAM, Sr. Tarciso Barbosa Paixão. 1) Leitura da ata nº 06: Conselheira Ione fez a leitura da mesma, que foi aprovada com 22 votos a favor e 03 abstenções. 2) Informes das Comissões e Institucionais: Sra. Cláudia, Bióloga da Equipe de Controle de Zoonoses, informou sobre as ações sobre o mosquito da dengue que a Equipe está realizando na cidade em conjunto com 60 estagiários de biologia e medicina veterinária. Informou que já percorrerem 558 estabelecimentos (ferros-velhos, borracharias e cemitérios) e que um morador do bairro Nonoai trouxe um mosquito identificado como *Aedes aegypti*. A área de visitação foi ampliada e cinco equipes estão atuando nos bairros Nonoai, Teresopolis, São Geraldo, Jardim do Salso e Bom Jesus. Destacou a necessidade da comunidade se engajar e colaborar para que os agentes possam entrar nas residências e realizar seu trabalho. O telefone 156 da Prefeitura está apto a dar informações inclusive identificando os estagiários. Foi divulgado o material informativo como camisetas, cartazes, folders e folhetos. Sr. Marcelo Bósio, coordenador do CGVS, complementou as informações dizendo que em 50% das residências não foi permitida a entrada dos agentes. Conselheira Rosemary solicitou que seja enviado mais material informativo para as Unidade de Saúde. Conselheiro Salimen sugeriu que seja divulgada a caracterização dos agentes, para que estes não sejam barrados no seu trabalho. Conselheira Maria Ivone questionou quanto tempo a água pode ficar parada sem o risco de contaminação do mosquito. Sra. Cláudia respondeu que no máximo dois dias, mas de preferência não deixar a água parada e limpar os potes de água usada para plantas, cães e gatos, todos os dias. 3) Relatório da visita ao Hospital Vila Nova: Srª Elisabete Freitas, coordenadora da Comissão de Fiscalização fez a leitura do relatório (em anexo) da visita ao hospital realizada dia 11/04/01. A seguir o coordenador fez a leitura do relatório técnico da Gerência de Regulação dos Serviços de Saúde - GRSS (em anexo) e a Secretária substituta Ana Boll leu o relatório feito pela Equipe de Controle Sanitário de Águas da Vigilância em Saúde (em anexo). Dr. Dirceu Dalmolin, diretor do Hospital, manifestou sua surpresa com as questões apontadas no relatório. Informou que está

50 havendo recuperação em algumas áreas e dos 259 leitos, todos os quartos têm banheiro,
51 exceto a enfermaria 07. Informou que na semana passada o Dr. Alberto Maia, Coordenador da
52 Central de Regulação das Internações da SMS fez uma visita e não apontou nenhuma
53 inadequação. Sr. Deoclides constatou que a Comissão esqueceu de colocar no relatório o
54 prazo de 60 dias para retornar ao hospital. Sr^a Elisabete admitiu o esquecimento deste dado e
55 acrescentou que o hospital não está em boas condições de higiene, que há insuficiência de
56 recursos humanos e indícios de cobrança irregular. Sr. Gilmar questionou quantos funcionários
57 têm por turno e qual o número de auxiliares de enfermagem na enfermaria de AIDS,
58 destacando que o não cumprimento de horário para dar a medicação aos pacientes é grave
59 bem como a falta de água. Conselheira Rosângela pediu informação de qual é o quadro de
60 pessoal e onde há falta. Prof. Jair, da Comissão de DST/AIDS, informou que este hospital tem
61 beneficiado o Hospital de Clínicas de Porto Alegre/HCPA, porque antes do convênio faltava
62 leitos/SUS para os pacientes de AIDS havendo super lotação na emergência e que a média de
63 permanência era de cinco dias. A partir do ano 2000, com a abertura da enfermaria no HVN o
64 tempo de espera no HCPA caiu de três para 2,16 dias em 2001. Ressaltou que esses dados
65 servem para mostrar a importância estratégica do hospital nos cuidados intermediários aos
66 pacientes de AIDS. Finalizou pedindo que não seja tomada nenhuma medida precipitada em
67 relação ao hospital. Dr. Júlio Boehl, Coordenador da GRSS/SMS, observou que a função do
68 seu setor é regular, auditar e pagar os prestadores. Em relação ao convênio com o HVN, este
69 está em fase de renovação e que encontra-se em análise na Procuradoria Geral do
70 Município/PGM que está solicitando um relatório mais descritivo para a sua renovação. Este
71 convênio envolve os gestores municipal, estadual e o hospital. Destacou que não existe no
72 momento convênio para compra de leitos para tratamento de dependentes químicos. Ressaltou
73 a importância do hospital no contexto da cidade e disse que uma AIH no HVN custa R\$ 300,00
74 enquanto que uma internação no HCPA tem um custo de R\$ 800,00. Dr. Júlio fez referência ao
75 disque-denúncia do Ministério da Saúde que envia cartas aos usuários pedindo informações
76 sobre o atendimento nos hospitais e que a resposta em relação ao HVN entre críticas e elogios
77 são equivalentes, o que demonstra o grau de satisfação dos usuários. Secretária substituta Ana
78 Boll destacou que o hospital não deve ficar surpreso com uma visita da Comissão, pois está
79 cumprindo o seu papel e que a partir do que foi constatado, ter um olhar mais cuidadoso para
80 si. Conselheiro Ricardo fez algumas considerações sobre a infra-estrutura e assistência do
81 hospital. Sr^a Elisabete informou que ela visitou 100% do hospital e constatou a presença de
82 mofo em 80% das dependências e mostrou-se surpresa com a disparidade entre uma AIH paga
83 para o HCPA e o HVN. Prof. Jair manifestou sua indignação com as colocações feitas pela Sr^a
84 Elisabete e solicitou ao Conselho que o HCPA venha se apresentar. A data proposta foi
85 17/05/01, que será confirmada com a direção. Dr. Ricardo K., coordenador da Política Municipal
86 de DST/AIDS, chamou atenção para a importância da regulação dos leitos na cidade e
87 considerou que a partir deste relatório o hospital pôde fazer um reordenamento no seu plano de
88 gestão e operacionalizar algumas medidas necessárias. Conselheira Célia manifestou sua
89 preocupação com a qualidade do atendimento e considerou que o controle social é parceiro na
90 construção do Sistema Único. Colocou as entidades do Fórum de ONG's/AIDS e os programas
91 da política municipal de DST/AIDS a disposição, para realização de oficinas de capacitação,
92 sensibilização e acolhimento com os trabalhadores. Dr. Dirceu considerou que em dois meses é
93 difícil recuperar a área física do hospital. Informou que o hospital conta com um quadro
94 funcional de 130 auxiliares e técnicos de enfermagem e 04 enfermeiros por turno. Mostrou-se
95 surpreso quanto às visitas dos médicos aos pacientes levarem até três dias e esclareceu que o
96 hospital não possui ecografo e que o serviço de hemodiálise é terceirizado. Enfermeiro Jordão
97 informou que os resíduos sólidos seguem as orientações do DMLU e que a equipe de limpeza
98 conta com 15 profissionais por turno e mais um supervisor. Sobre a administração dos

99 medicamentos observou que esta obedece aos horários definidos. Dr. Celso, coordenador da
100 enfermaria de AIDS do HVN, esclareceu que o convênio está sendo cumprido e o hospital
101 prestado o atendimento previsto, inclusive recebendo pacientes da região metropolitana, litoral
102 e algumas cidades do interior. Informou que a enfermaria de isolamento para pacientes com
103 tuberculose e AIDS é de 4 leitos e foi implantada com a parceria da Secretaria. Destacou que o
104 hospital criou uma rotina para atender e notificar acidentes de trabalho nesta área. Destaca que
105 durante o ano 2000 as internações realizadas no HVN foram de pacientes oriundos do Grupo
106 Hospitalar Conceição e HCPA. Considerou como ponto crucial o gerenciamento das AIH, que
107 aumentaram, sendo que das 1.200 autorizações geradas pelo hospital, 8% advêm do setor
108 AIDS. Sr^a Dione, administradora do hospital, verbalizou seu descontentamento com as
109 colocações feitas a respeito do hospital e disse que não pode se comprometer com o prazo de
110 60 dias para fazer reformas da área física porque o hospital tem déficit mensal de 30% no seu
111 orçamento. Os gastos devem ser priorizados, pois não estão pagando impostos devido a
112 insuficiência de recursos. Considerou que o paciente de AIDS é rebelde, causando dano
113 material ao hospital como entupimento de sanitários, pichações nas paredes, entre outros.
114 Destacou que a crítica é fácil de ser feita, que o hospital está a serviço da comunidade
115 atendendo 99% de SUS e finalizou dizendo que não faz uso dos serviços do SUS, pois possui
116 convênio. Coordenador Humberto ressaltou que o prazo é apenas um indicador e propôs que
117 em 19/07/01 o hospital retorne ao Conselho para explicar as questões que foram levantadas.
118 Informou a Sr^a Dione que o SUS também é um convênio e, portanto, tem que ter qualidade.
119 Sobre proposta de capacitação aos trabalhadores feita pela conselheira Célia considerou-a
120 oportuna diante da fala da Sr^a Dione. Estes encaminhamentos foram aprovados por
121 unanimidade. 4) Pareceres da SETEC: Relatório do Instituto de Cardiologia Projeto Saúde
122 Solidária: Sr. Alberto Gabellini informou que o relatório foi avaliado pela SETEC, após parecer
123 favorável do Gestor Municipal. A seguir fez a leitura do parecer nº 04/2001: A SECRETARIA
124 TÉCNICA-SETEC, em reunião ordinária realizada em 30/04, analisando o Relatório do projeto
125 Saúde Solidária (Mês de março) da Fundação Universitária de Cardiologia/Instituto de
126 Cardiologia do RS, considerou-o adequado ao modelo padronizado da SES/RS; de acordo com
127 o item 4 do Relatório a aplicação dos R\$ 91.223,37, se deu nas despesas do Hospital. A
128 SETEC é de parecer favorável que a plenária do CMS aprove o presente relatório. É colocado
129 em votação e aprovado por unanimidade. Plano de Combate às Carências Nutricionais: Dr. Rui
130 Flores, coordenador do Centro de Documentação da SMS, fez uma explanação do Plano, em
131 anexo. Sr. Marcelo Bósio, coordenador do CGVS, colocou que os profissionais dos serviços de
132 saúde estão sendo capacitados e qualificados para o atendimento do Programa de
133 Recuperação de Crianças e Gestantes em Risco Nutricional/Prá-Crescer. Conselheiro Salimen
134 solicita que, por ocasião da falta do leite as famílias sejam orientadas sobre o tipo de
135 alimentação a ser fornecida e ao retornar procurar saber o tipo de alimentação dada e observar
136 se as crianças não perderam peso. A seguir Sr. Alberto Gabellini fez a leitura do parecer da
137 SETEC nº 05/2001: A SECRETARIA TÉCNICA-SETEC, em reunião ordinária realizada em
138 30/04, analisando o Plano Municipal de Combate às Carências Nutricionais, organizado pela
139 Equipe de Informação em Saúde da SMS, referente às ações e necessidades do Município,
140 para o atendimento do Programa de Recuperação de Crianças e Gestantes em Risco
141 Nutricional (Prá-Crescer), no ano de 2001, considerou os dados de avaliação, objetivos e metas
142 adequados ao atendimento da demanda. Em relação aos custos, os valores orçados pela união
143 totalizam R\$ 459.540,00 e do orçamento municipal R\$ 1.219.090,00, totalizando o valor de R\$
144 1.678.630,00. Feita a análise do Plano, a SETEC é de parecer favorável que a Plenária aprove
145 o mesmo. O Plano é colocado em votação e aprovado por unanimidade. Plano de Aplicação
146 dos recursos para ações de epidemiologia e controle de doenças: Sr. Marcelo Bósio,
147 coordenador do CGVS/SMS informou que por solicitação da 1ª CRS faz-se necessário

148 descrever por grupo de despesa o referido plano. A seguir o Alberto Gabellini faz a leitura do
149 parecer nº 06/2001: A SECRETARIA TÉCNICA-SETEC, em reunião ordinária realizada em
150 30/04, considerando a solicitação da 1ªCRS/SES de que seja constado em ata a descrição por
151 grupo de despesa do Plano de Aplicação dos recursos do teto Financeiro de 2000 para o
152 Município de Porto Alegre, na gestão das ações de Epidemiologia e controle de doenças,
153 solicita constar o valor total de recursos do Plano de aplicação de R\$ 946.329,12, sendo R\$
154 58.941,00 para pagamento de estagiários–Serviços de Terceiros Pessoa Física, R\$ 33.682,20
155 para locação de veículos–Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica e R\$ 853.705,92 para
156 aquisição de imóvel – Investimento em despesa de capital. Valor Total dos recursos conforme a
157 Declaração de Cumprimento da contrapartida: R\$ 252.294,14 consignados nas despesas de
158 pessoal. A SETEC sugere a aprovação do mesmo. É colocado em votação e aprovado por 21
159 votos a favor e 1 contra. Sr. Marcelo informa que a campanha de vacinação do idoso foi
160 prorrogada até o dia 11/05. Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou-se as 21h30min.

161

162

163

164

165

Humberto José Scorza
Coordenador CMS/POA

Jane Pilar
Secretaria Executiva

Ata aprovada na reunião Plenária do dia 16/05/2001